

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.019 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 21 DE JANEIRO DE 2000

Jader quer mudar o recesso parlamentar

O senador Jader Barbalho está colhendo assinaturas para proposta de emenda constitucional que modifica o recesso dos parlamentares. Ele foi apoiado pelo presidente do Senado.

PÁGINA 4



Jader anuncia, da tribuna do Senado, a intenção de apresentar emenda sobre recesso parlamentar



Continuando a análise do projeto de lei orçamentária para 2000, os integrantes da Comissão Mista de Orçamento devem começar a votar na próxima terça-feira o relatório preliminar para os ministérios da Fazenda e do Planejamento

Segurança e defesa devem ter neste ano R\$ 22,4 bilhões

O valor, que será aplicado pelos ministérios da Defesa e da Justiça e seus órgãos vinculados, foi aprovado por unanimidade pela Comissão Mista de Orçamento



Na CCJ, os senadores debateram a emenda que atribui ao STF a competência de julgar magistrados por crime de responsabilidade

Audiência discutirá emenda sobre juízes

Uma audiência pública deverá discutir a proposta de emenda à Constituição que transfere para o Supremo Tribunal Federal a competência de julgar juízes e desembargadores por crimes de responsabilidade. A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O senador Ramez Tebet apresentou substitutivo, por meio de voto em separado, que atribui ao Superior Tribunal de Justiça o poder de julgar os magistrados.

PÁGINA 6

A reestruturação do sistema penitenciário, a educação e a segurança no trânsito, pesquisas aeroespaciais, a modernização da Polícia Federal e o reaparelhamento das Forças Armadas são algumas das atividades previstas para a União desenvolver no ano 2000.

Elas integram o relatório para

as áreas de segurança e defesa nacional aprovado ontem, por unanimidade, pelos senadores e deputados federais que compõem a Comissão Mista de Orçamento. Conforme o documento, os ministérios da Justiça e da Defesa e os seus órgãos vinculados terão, no total, uma dotação de R\$ 22,4 bilhões.

PÁGINA 5

PLENÁRIO APROVA RECURSOS PARA CONSERVAÇÃO DE ENERGIA

O plenário do Senado autorizou a Eletrobrás a contratar um empréstimo de US\$ 43,4 milhões, com o Banco Mundial, para o Projeto de Conservação de Energia.

PÁGINA 3

Souto anuncia que Bahia investirá na agricultura

Senador registra o lançamento do programa Agrinvest, que pretende aplicar R\$ 489 milhões no setor agropecuário do estado

O senador Paulo Souto (PFL-BA) anunciou ontem o lançamento, pelo governador da Bahia, César Borges, do Agrinvest, programa que investirá R\$ 489 milhões no setor agropecuário baiano. Para o senador, existe uma unanimidade no país em considerar que o desenvolvimento agrícola é um dos armas mais importantes para a retomada do crescimento econômico.

Paulo Souto explicou que o programa garantirá financiamentos mais atrativos através da redução de encargos financeiros, tornando a agropecuária baiana mais competitiva no mercado globalizado. Ele acrescentou que, através do Agrinvest, o estado assumirá o pagamento de metade do índice de



Paulo Souto

correção utilizado pela instituição financeira que concedeu crédito, limitado a 12% ao ano, durante o período de carência.

Sobre o que se espera do Agrinvest, Paulo Souto disse que, em seu sexto ano de execução, o programa deverá gerar uma produção agrícola estimada em R\$ 423 milhões, gerando mais de 100 mil empregos diretos. O senador enumerou as atividades que serão atingidas pelo programa: café irrigado, algodão, fumo, fruticultura irrigada, floricultura, avicultura, suinocultura, piscicultura, citricultura, caprino e ovinocultura, novilho precoce, pecuária de leite, irrigação de Irecê e perfuração de poços.

Por outro lado, Paulo Souto falou no crescimento da produção agrícola bai-

ana que vem sendo registrada nos últimos anos. Ele comparou que, no ano passado, o Valor Bruto da Produção Agrícola (VBPA) cresceu 16% em relação a 1998, alcançando R\$ 4,4 bilhões. Ele registrou que houve também um aumento de 77% na receita do café, que chegou a R\$ 241 milhões, e nos principais grãos produzidos no estado:

— O Agrinvest irá tornar ainda mais atrativas as condições que a Bahia tem oferecido para atrair empreendedores. No momento em que, infelizmente, estamos assistindo em pelo menos um estado uma verdadeira guerra contra empresas que estão ampliando sua produção em outros estados, o governador César Borges dá o exemplo e abre as fronteiras do estado para que agricultores de todo o país possam realizar seus empreendimentos com condições absolutamente favoráveis.

Alcântara elogia programa de eletrificação rural

O programa Luz no Campo, lançado pelo governo federal e que já está sendo executado no Ceará, deverá universalizar a energia elétrica na zona rural nos próximos três anos, segundo informou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Até o ano de 2003, acrescentou, serão feitas 130 mil ligações, o que elevará o percentual de atendimento para 95% dos domicílios rurais, atendendo a 546 mil pessoas.

Lançado recentemente pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, e implantado no Ceará a partir de uma parceria entre o Ministério de Minas e Energia, a Eletrobrás e o governo do estado, o programa representará um investimento de R\$ 130 milhões no estado, segundo o senador.

Entre os benefícios sociais que o Luz no Campo trará para o Ceará, Lúcio Alcântara citou a fixação do homem no campo, a melhoria nas condições de vida, o aumento da produtividade e a geração de emprego

na área rural. Ele acrescentou que o governador Tasso Jereissati também está realizando programa de telefonia rural no estado, que proporcionará a quase toda a zona rural um serviço eficiente e moderno na área de telecomunicações:

— Quando este governo assumiu, mais de 20 hidrelétricas estavam com suas obras paralisadas. Da última vez que verifiquei, apenas três ou quatro ainda não tinham sido reiniciadas — elogiou Lúcio Alcântara.

Em aparte, Carlos Patrocínio (PFL-TO) registrou que foi lançado um outro programa em favor do homem do campo: o Brasil Empreendedor Rural, que desburocratiza o acesso ao crédito agrícola, diminui os juros cobrados para a compra de máquinas, além de internacionalizar a bolsa de futuros e de opções do mercado agrícola brasileiro.

Já o senador Paulo Souto (PFL-BA) destacou que o Luz no Campo é a volta do governo federal à área de eletrificação rural, e que a última vez



Alcântara: até 2003, serão feitas 130 mil ligações pelo Luz no Campo

em que foi realizado um programa desse tipo foi quando Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) presidiu a Eletrobrás.

Arlindo Porto (PTB-MG) disse que as medidas tomadas pelo governo nesse setor são importantes para devolver a dignidade ao homem do campo.

Lembrando que quando foi governador promoveu grandes investimentos na área de eletrificação rural, Gerson Camata (PMDB-ES) elogiou o governo pelo programa Luz no Campo e julgou inadmissível que, em pleno século XX, brasileiros ainda tenham que viver à base de lamparina.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) enfatizou que o Luz no Campo e o Brasil Empreendedor Rural são programas que vão ao encontro ao que ele vem pregando no Senado.



Antonio Carlos Magalhães recebeu em audiência o advogado Geraldo Quintão, que na segunda-feira assume o cargo de ministro da Defesa

ACM recebe o futuro ministro da Defesa

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem a visita do advogado Geraldo Quintão, escolhido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para a pasta da Defesa. O novo ministro, que substituirá Elcio Alves, demissionário, disse ter vindo convidar o senador para sua posse, prevista para as 15h30m da próxima segunda-feira, no Palácio do Planalto.

Após o encontro com Antonio Carlos, Geraldo Quintão comentou seu

trabalho à frente da Advocacia Geral da União (AGU) e evitou fazer declarações a respeito das questões que deverá administrar no Ministério da Defesa, alegando a impossibilidade de falar "antes da posse". O último parecer elaborado antes de deixar a AGU foi justamente a respeito de uma questão de interesse dos militares, permitindo a venda de 20% das ações da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) para um consórcio de empresas francesas.

Senador espera que projeto reduza a criminalidade

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comentou o projeto que propõe a proibição da venda de armas no país. Ressaltando "não ser um técnico em questão de armas", e, portanto, evitando manifestar uma opinião definitiva a respeito do projeto, Antonio Carlos destacou a importância de se reduzir a criminalidade no país:

— Desejo a redução dos crimes no país, seja pela proibição da venda de armas, ou pela proibição de porte de armas. A forma os técnicos vão definir e o Senado vai votar na próxima sema-

na — comentou.

O presidente do Senado confirmou ter sido procurado pelo líder do PFL na Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PE), para discutir a relatoria da proposta de emenda constitucional que proíbe a reedição de medidas provisórias, que está tramitando na Câmara.



SEXTA-FEIRA, 21 DE JANEIRO DE 2000

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Sylvio Guedes, Sylvio Costa, João Carlos Ferreira da Silva e Edson de Almeida
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado aprova empréstimos de US\$ 48 milhões

Plenário autoriza a captação de recursos junto ao Banco Mundial para financiar o Projeto de Conservação de Energia, da Eletrobrás, e a assistência técnica para a reforma da Previdência Social

O plenário do Senado Federal aprovou ontem, em regime de urgência, projetos de resolução que autorizam a contratação de dois empréstimos com o Banco Mundial, no valor total de US\$ 48,45 milhões. O primeiro, no valor de US\$ 43,4 milhões, será destinado ao Projeto de Conservação de Energia (Procel), da Eletrobrás. O segundo, no valor de US\$ 5,05 milhões, será aplicado no financiamento do projeto de assistência técnica para a reforma da Previdência Social.

Além dos recursos do Banco Mundial, o Procel terá ainda mais US\$ 15 milhões cedidos a fundo perdido pelo Global Environment Facilities (GEF), organização que tem como meta a proteção do meio ambiente. O Procel

faz parte das ações da Eletrobrás para combater o desperdício de energia elétrica.

Os dois empréstimos receberam voto contrário do senador Lauro Campos (PT-DF).

— O Brasil continua se afundando no endividamento externo. Mais uma vez o Brasil abre mão de sua soberania, delegando, através da situação de devedor, o poder que deveria ser do Estado para comandar as variáveis internas. O país está se condenando a eternizar essa situação. Prestamos satisfação diariamente ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI). A prioridade no Brasil é o pagamento da dívida externa — afirmou Lauro Campos.



Em regime de urgência, o plenário do Senado aprovou projetos de resolução relativos a empréstimos

Meio ambiente terá US\$ 15 milhões

O Senado Federal aprovou ontem resolução que autoriza a União a contratar junto ao Banco Mundial empréstimo no valor de US\$ 15 milhões para serem utilizados no Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA II). A senadora Marina Silva (PT-AC) encaminhou o voto favoravelmente ao projeto lembrando os resultados positivos já alcançados pelo programa e destacando a necessidade de contribuir para que o Brasil possa continuar sua luta em defesa do meio ambiente.

O programa é direcionado ao aperfeiçoamento da gestão de recursos

ambientais no país através de uma estratégia de execução descentralizada, nos três níveis de governo, envolvendo ainda parcerias com organizações não-governamentais, instituições acadêmicas e o setor privado, explicou Marina.

Segundo o senador Bello Parga (PFL-MA), relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o PNMA II foi elaborado para ser executado num prazo de dez anos, em três fases, com valor total de US\$ 300 milhões. O senador Lauro Campos (PT-DF) votou contra o empréstimo.



Marina Silva destacou resultados positivos já alcançados em favor do meio ambiente



Bello Parga, relator, lembra que programa para meio ambiente deve ser executado em dez anos

Senado homenageia pesquisadora de Brasília

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) registrando voto de louvor a Lúcia Willadino Braga pelo recebimento do título de doutor *honoris causa* da Universidade de Reims, na França.

Lúcia Willadino Braga, disse o senador, é pesquisadora do Hospital Sarah Kubitschek (DF) e foi a primeira brasileira a receber este título, concedido a cada

50 anos a cientistas que se projetam mundialmente por seu trabalho.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ressaltou que o título recebido pela pesquisadora “demonstra o valor do Sarah Kubitschek e da servidora que iniciou, aos 17 anos, sua atividade nesse hospital, sendo hoje aplaudida no mundo inteiro pelo trabalho que realiza”.

Suplicy teme que a Embraer já esteja sob controle estrangeiro

Alegando que é dever do Senado saber se está sendo desrespeitada decisão tomada pela Casa, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou ontem a compra do Banco Bozano, Simonsen pelo Banco Santander, da Espanha. Como, junto com a Sistel e a Previ, o Bozano, Simonsen detinha ações suficientes para que a Embraer permanecesse nacional, Suplicy teme que essa nacionalidade esteja agora ameaçada.

Suplicy fez essa indagação durante a sessão plenária, e o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães,

pediu que ele redigisse a solicitação, a fim de encaminhá-la ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Conforme Suplicy, o edital de privatização da Embraer permitia a participação acionária estrangeira no limite máximo de 40%. E foi para não extrapolar esse limite que a maior parte das ações ficou com a Previ, a Sistel e o Bozano, Simonsen.

Lembrando que o futuro ministro da Defesa, Geraldo Quintão, já havia dado parecer favorável à cessão, pela Embraer, de 20% do seu controle acionário para grupos franceses, Su-



Suplicy cobra atenção para o cumprimento de decisões tomadas pelo Senado

ply agora teme que, com a venda do Bozano, Simonsen, a empresa já esteja desnacionalizada. “Gostaria de alertar que constitui dever do Senado saber se está ou não havendo desrespeito àquilo que aprovamos”, afirmou Suplicy.

Valadares quer aumentar deduções no IR para idosos

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) anunciou ontem que apresentará projeto de lei modificando a legislação do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) para permitir que aposentados e pensionistas com idade superior a 60 anos deduzam do Imposto de Renda devido despesas realizadas para a compra de medicamentos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias.

O aumento dos preços dos medicamentos desde a implantação do Plano



Valadares aponta aumento real de 31,60% nos preços dos remédios em cinco anos

Real e a comparação entre o Imposto de Renda pago pela pessoa física no Brasil e em outros países foram os principais argumentos dados pelo senador como justificativa de sua proposta.

Desde a implantação do Plano Real, em 1994, registrou-se um aumento nominal médio nos preços dos medicamentos da ordem de 145,14%, para uma inflação de 85,30% no mesmo período. “Um aumento real de 31,60%”, afirmou Valadares.

Por outro lado, se a alíquota máxi-

ma do IRPF (27,5%) é nominalmente inferior à cobrada, por exemplo, pelos Estados Unidos (cerca de 39%), as limitadas deduções no imposto devido permitidas no Brasil acabam por representar percentuais maiores de retenção. Assim, abatidas as deduções, o encargo real médio do IRPF no Brasil atinge 28%, índice bastante superior ao alcançado por vários países, dentre os quais o senador destacou os Estados Unidos (16%), Argentina (8%), França (13%) e Japão (6%).

Outra diferença salientada por Valadares entre os países considerados foi a de que, no Brasil, “o Imposto de Renda não é aplicado como deveria”, principalmente em áreas básicas como saúde e educação.

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) disse ser preciso reconhecer que nos últimos dois anos houve significativa melhoria no atendimento público, mas, pelos impostos pagos, ainda há muito a ser feito.

Jader propõe recessos em julho e no fim do ano

Projeto do senador reserva o mês de julho e o período entre 21 de dezembro e 4 de janeiro para férias dos parlamentares, inviabilizando as convocações extraordinárias do Congresso Nacional, como tem sido a regra nesses últimos cinco anos

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) está colhendo assinaturas para uma proposta de emenda constitucional (PEC) modificando o recesso dos parlamentares. Ele propõe dois períodos de recesso: 30 dias no mês de julho e de 21 de dezembro a 4 de janeiro, este por 15 dias, para as comemorações do Natal e do Ano Novo. Jader disse que, com esse calendário, ficam inviabilizadas as convocações extraordinárias de julho e janeiro, como tem sido a regra nesses últimos cinco anos:

— A possibilidade de convocação ficará restrita a acontecimentos graves



Jader: convocações de FHC têm criado constrangimentos para o Congresso

e relevantes como o estado de sítio, previsto na Constituição — esclareceu.

O senador pelo Pará destacou que as convocações do presidente Fernando Henrique Cardoso têm criado constrangimentos para o Congresso, atingindo sua imagem. “Essa situação é desprimorosa e injusta. Com o recesso restrito ao mês de julho, propo-

nho o recebimento de apenas duas ajudas de custo, uma no início do ano legislativo, em janeiro e outra no final. Assim acabaremos com essa polêmica desgastante de pagamentos extras.”

O presidente do Senado, Antonio

Carlos Magalhães, elogiou a iniciativa de Jader, revelando haver outras propostas semelhantes que podem tramitar em conjunto. “Nunca houve presença tão maciça no Congresso, que vem sendo injustiçado pela opinião pública em função de falsas notícias publicadas na imprensa que descaracterizam a convocação extraordinária.”

Antonio Carlos anunciou a intenção de promover uma audiência pública para debater, abertamente, as novas propostas de calendário de funcionamento do Congresso. “É preciso divulgar a verdade sobre nosso trabalho, inclusive sobre a baixa remuneração dos congressistas. Somente no dia de hoje (ontem), a colunista Teresa Cruvinel resolveu esclarecer, de verdade, o assunto, fazendo justiça ao trabalho intenso realizado pelo Congresso”, destacou. Amir Lando (PMDB-RO) pediu a transcrição nos anais da íntegra da coluna da jornalista.

ACM pretende trazer experiência dos parlamentares europeus e dos EUA

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, considerou “importantes” as propostas de emendas que estão surgindo para reduzir e disciplinar os recessos parlamentares, a exemplo do projeto divulgado ontem pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA). Antonio Carlos anunciou que pretende enviar comissões de senadores aos Estados Unidos e à Europa, para estudar *in loco* a operação dos legislativos do Primeiro Mundo e trazer subsídios sobre as modalidades de recesso parlamentar ali praticadas.

Antonio Carlos também revelou a intenção de convidar dois jornalistas para acompanharem cada grupo de senadores, um seguindo para os Estados Unidos e o outro para alguns países selecionados da Europa Ocidental, a fim de que “também eles possam conhecer em detalhes o

funcionamento desses legislativos e possam informar melhor os leitores brasileiros, inclusive sobre o funcionamento do Congresso Nacional”.

O senador manifestou satisfação pela evolução de iniciativas que “vêm fortalecer o Congresso brasileiro”. Ele citou a regulamentação das medidas provisórias, considerando a proposta um esforço para fazer um Congresso cada vez mais independente.

Também mencionou propostas de mudança no processo de elabora-



ACM disse estar feliz pela evolução de iniciativas que “fortalecem o Congresso”

ção do Orçamento que, na sua opinião, precisa efetivamente representar a vontade da nação.

A elaboração de propostas pelo Congresso para reduzir a pobreza do país e pela dignidade do Poder Judiciário, realizações oriundas de iniciativas do presidente do Senado, também foram citadas por Antonio Carlos.

“Foram idéias minhas para fortalecer o Poder Legislativo e eu estou muito contente porque todos esses assuntos importantes para o Brasil estão andando”, disse.

Constituição define datas e prazos

O recesso parlamentar e a convocação extraordinária são regidos pela Constituição brasileira. De acordo com o artigo 57, o Congresso Nacional reúne-se de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro. Convocações extraordinárias podem ocorrer nos períodos de recesso, que vão de 16 de dezembro a 14 de fevereiro e de 1º a 31 de julho.

A Constituição também prevê que o Congresso, uma vez chamado a se reunir durante o recesso, só

deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado.

O Congresso poderá ser convocado pelo presidente do Senado em caso de decretação de estado de defesa ou de intervenção federal, de pedido de autorização para a decretação de estado de sítio e para o compromisso e a posse do presidente e do vice-presidente da República.

Em caso de urgência ou interesse público relevante, o Congresso Nacional poderá ser convocado

pelo presidente da República, pelos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas.

Outra possibilidade de convocação, prevista no artigo 62 da Constituição, é quando da edição pelo presidente da República de medidas provisórias. Elas devem ser submetidas de imediato ao Congresso que, estando em recesso, deverá se reunir no prazo de cinco dias.

Matérias aprovadas pelo Senado

(de 17 a 20 de janeiro de 2000)

Proposta de emenda constitucional aprovada em 1º turno	1
Projetos aprovados e enviados à promulgação	3
Total de matérias aprovadas	4

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal

Aprovação de limite de gastos com vereadores marca semana no Senado

O substitutivo da Câmara dos Deputados à proposta de emenda à Constituição (PEC) que limita os gastos com câmaras de vereadores, conforme critério que leva em consideração o número de habitantes de cada município, foi aprovado em primeiro turno no Senado com 70 votos favoráveis e dominou os debates nesta semana. A PEC original é de autoria do então senador Espiridião Amin e já havia sido aprovada pelo Senado em 1998, mas como recebeu modificações na Câmara, retornou ao Senado. A matéria será discutida em segundo turno a partir do próximo dia 27 (quinta-feira).

Pelo texto, o total dos gastos com legislativos municipais, aí incluídos os salários dos vereadores e excluídos os gastos com aposentados, não poderá ultrapassar determinada porcentagem da receita do município, conforme a sua população. Municípios com até 100 mil habitantes, podem gastar com vereadores apenas 8% da receita; com até 300 mil habitantes, 7%; com até 500 mil habitantes, 6%; e municípios com mais de 500 mil habitantes podem comprometer 5% da receita. O prefeito que exceder esses limites, não fizer o repasse até o dia 20 de cada mês ou enviar valor inferior à proporção fixada na lei orçamentária, incorrerá em crime de responsabilidade.

O Senado aprovou ainda, em regime de urgência, três projetos de resolução que autorizam o governo brasileiro a contratar empréstimos internacionais no valor total de US\$ 63,4 milhões. Os três empréstimos aprovados serão contratados junto ao Banco Mundial e serão utilizados no Projeto de Conservação de Energia (Procel), no Projeto de Assistência Técnica para a Reforma da Previdência Social e no Programa Nacional do Meio Ambiente.

COMISSÕES

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou nesta semana

requerimento do senador Romero Jucá (PSDB-RR) convidando o secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, para prestar esclarecimentos sobre os critérios utilizados pelo governo federal na renegociação dos títulos emitidos pelo estado de Pernambuco e pelo município de São Paulo destinados ao pagamento de precatórios judiciais.

A CAE aprovou ainda requerimento do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) convidando o presidente do BNDES, Andrea Calabi, para explicar a aplicação de recursos da instituição em 1999 e a previsão para 2000. Por sugestão do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o presidente do BNDES também deverá apresentar dados sobre a destinação dos recursos de acordo com o porte e a nacionalidade da empresa, além da finalidade do empréstimo. Foi aprovado outro requerimento de Suplicy solicitando informações ao presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Gesner Oliveira, sobre as providências que vêm sendo tomadas para coibir o abuso do poder econômico por parte das indústrias de sucros. Ainda nesta semana, a CAE recebeu a visita de um grupo de parlamentares dos Estados Unidos e do Canadá.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou quatro acordos internacionais, destacando-se entre eles, a Convenção Internacional Contra a Tomada de Reféns. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) pediu mais atenção ao Itamaraty em relação ao cumprimento de acordos internacionais por outros países.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprovou o relatório setorial relativo à área que engloba o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério das Relações Exteriores, a Presidência da República e seus órgãos vinculados, no valor aproximado de R\$ 12,1 bilhões.

Francelino elogia Lei de Responsabilidade Fiscal

Um eficiente e seguro instrumento na luta contra a corrupção. Assim foi definido o projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), em discurso no plenário. Em tramitação na Câmara, o projeto será examinado em breve pelo Senado, onde Francelino espera que a matéria seja avaliada com toda a atenção.

— Não podemos nem devemos perder esta oportunidade de reafirmar, diante do povo, o ideal que todos anseiam, qual seja, acabar com a corrupção e a impunidade — disse o senador.

Francelino citou uma série de benefícios a serem introduzidos na administração pública pela futura Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê sanções de ordem administrativa e econômica em que incorrerão os entes da Federação por desvios em relação a limites de endividamento, despesas com pessoal

e outros delitos. Dentre as punições previstas no projeto, está a suspensão de transferência de verbas federais a estados e municípios.

A concessão “fácil e muitas vezes irresponsável” de incentivos e outros benefícios fiscais é coibida pela nova lei, que exige a adoção de medidas compensatórias para evitar a queda da receita, observou.

As despesas com pessoal, por exemplo, merecem tratamento especial no projeto, de acordo com Francelino. Além dos tetos estabelecidos pela Lei Complementar 96 (conhecida como a nova Lei Camata), foram sugeridas diversas regras de controle. Será considerado nulo o ato que resulte em pagamento de pessoal acima do limite da despesa estabelecida. A verificação do cumprimento desse limite será feita a cada quatro meses, observou o senador.

O projeto trata ainda do controle das estatais, da transferência de recursos públicos à iniciativa privada e do socorro a bancos falidos, que necessitará de lei específica e demandará a criação de fundos privados destinados a prevenir a insolvência. Outro aspecto importante, conforme Francelino, será o monitoramento do Banco Central, que a cada três meses terá de demonstrar o custo de suas operações, das reservas cambiais e da rentabilidade de sua carteira de títulos.

HOMENAGEM À SUDENE

O senador Francelino Pereira requereu ontem que o tempo destinado aos discursos dos senadores, em data a ser marcada, seja dedicado a homenagear os 40 anos de criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

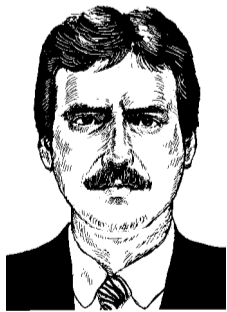


Francelino requereu homenagem à Sudene pelos 40 anos de criação

Ademir pede convocação de Malan e Bezerra

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou requerimento convocando os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e da Integração Nacional, Fernando Bezerra, para esclarecerem a proposta governamental de atuação futura do Banco da Amazônia (Basa) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Ele se disse preocupado com o noticiário segundo o qual o governo pretende fundir o Basa e a Sudam numa agência de desenvolvimento da região Norte, e tomar providência semelhante em relação à Sudene e ao BNB. “Tais informações são de grande importância para a Amazônia, mesmo porque os fatos são apresentados como incontestáveis, algo real e iminente”, argumentou.



Ademir Andrade

Ademir Andrade referiu-se à notícia de que o ministro Fernando Bezerra é um dos principais defensores da fusão do Basa com a Sudam, embora isso tenha sido negado pelo líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PA). “É preciso esclarecer isso, principalmente porque o Basa desmente tais informações, assegurando que a proposta encontra-se ainda em estudo”, afirmou Ademir.

Na opinião de Ademir Andrade, essa discussão não pode restringir-se aos gabinetes do Poder Executivo, daí por que os ministros Pedro Malan e Fernando Bezerra precisam vir ao Legislativo dizer qual é a proposta governamental. Ele observou que a notícia “assombra os funcionários da Sudam e do Basa, deixando a sociedade em estado de expectativa”.

ALGUMAS APLICAÇÕES

Atenção a portadores de deficiência	5.006 mil	Reestruturação do sistema penitenciário	136.363 mil
Atenção à criança e adolescente	4.532 mil	Combate às drogas	2.319 mil
Combate ao abuso de crianças e adolescentes	148 mil	Proteção da Amazônia	176.411 mil
Apoio a menor infrator	6.456 mil	Projeto Caiha Norte	19.981 mil
Gestão da política de direitos humanos	210 mil	Adestramento e operações da Aeronáutica	306.250 mil
Combate à violência contra a mulher	1.455 mil	Segurança aérea e pesquisa aeroespacial	291.843 mil
Educação e segurança no trânsito	69.366 mil	Reaparelhamento da FAB	58.937 mil
Segurança do cidadão	6.019 mil	Reaparelhamento do Exército	105.318 mil
Assistência a vítimas e testemunhas de crimes	1.174 mil	Apoio do Exército à sociedade civil	42.317 mil
Atendimento e legalização de estrangeiros	797 mil	Adestramento e operações da Marinha	230.665 mil
Defesa dos direitos do consumidor	853 mil	Reaparelhamento da Marinha	65.027 mil
Preservação do patrimônio cultural	1.705 mil	Desenvolvimento de tecnologia naval	32.088 mil
Segurança nas rodovias federais	42.101 mil	Apoio da Marinha à sociedade civil	488 mil
Combate ao crime organizado	500 mil	Pesquisa e manutenção na Antártida	2.716 mil
Modernização da Polícia Federal	77.022 mil	Hospitais das Forças Armadas	19.328 mil
Apoio às sociedades indígenas	32.677 mil	Adestramento e operações do Exército	92.894 mil

Comissão aprova R\$ 19,91 bi para Defesa Nacional

Senadores e deputados também acolhem por unanimidade destinação de R\$ 2,54 bilhões para o Ministério da Justiça

Por unanimidade, os deputados e senadores da Comissão Mista de Orçamento aprovaram ontem o relatório para a área de Justiça e Defesa Nacional para este ano. O Ministério da Defesa e seus comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica receberão R\$ 19,91 bilhões e o Ministério da Justiça e seus órgãos R\$ 2,54 bilhões. Os destaques, com emendas dos parlamentares, serão votados na tarde de terça-feira (dia 25).

A comissão também deve começar a votar na terça o relatório para Fazenda e Planejamento, incluindo seus órgãos (dentre eles, Banco Central) e os encargos financeiros da União para este ano. O Ministério da Fazenda, com seus fundos específicos, gastará R\$ 3,4 bilhões e o Ministério do Desenvolvimento,

Indústria e Comércio Exterior outros R\$ 975 milhões. Já a parte dos encargos financeiros da União trata de toda a dívida pública, a qual chegará ao final deste ano em R\$ 553,7 bilhões, sendo R\$ 440,2 bilhões no mercado interno

e R\$ 113,5 bilhões da dívida externa. Na votação, ontem, do orçamento para Defesa Nacional e Justiça, o sub-relator, senador Romero Jucá (PSDB-RR), explicou que não pôde concordar com a maioria das emendas apresentadas pelos parlamentares, que somariam mais de R\$ 1,4 bilhão. Ele



A Comissão Mista de Orçamento volta a se reunir na terça-feira para analisar os destaques

aceitou remanejamentos de pouco mais de R\$ 110 milhões.

Conforme a proposta, dos R\$ 22,45 bilhões para Defesa e Justiça, R\$ 15,83 bilhões (72,2%) se destinarão ao pagamento de pessoal e encargos, incluindo o contingente militar das três Armas.

Jucá defende prioridade para os programas da área social

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) apelou ontem aos líderes partidários para que, na destinação dos recursos orçamentários, seja dada prioridade aos programas da área social. Em sua opinião, não há momento mais adequado para fazer isso do que agora, quando o Legislativo vota os orçamentos setoriais para o ano 2000. “A bola agora está com o Congresso”, alertou.

Referindo-se a programas de transferência de renda, de concessão de bolsa-escola e de atendimento aos setores mais necessitados da população, o parlamentar argumentou que essa é a hora de colocar em prática o discurso político de atender à pobreza. “Isso agora está centralizado na discussão política do Congresso e é importante reforçar a proposta orçamentária nesse setor”, pregou ele.



Para Romero Jucá, é hora de colocar em prática o discurso de atender à pobreza

Aludindo às propostas resultantes da Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza, Jucá sustentou que o Legislativo precisa agir emergencialmente agora, porque as

matérias ainda terão que ser submetidas à deliberação dos deputados.

O senador, que é relator das áreas de Justiça e Defesa do Orçamento, lamentou que seja tão pequena a soma de recursos destinada a ações contra o narcotráfico e o crime organizado e para o atendimento penitenciário. Conforme seus cálculos, os recursos para atender à Justiça e à Defesa em todo o país são menores que os destinados ao estado de Minas Gerais para pavimentar rodovias.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) se disse irritada com os debates em torno das despesas orçamentárias: “Saúdo o pronunciamento de V.Exa e exijo dessa Casa e dos partidos da base de sustentação do governo que destinemos à área social o que foi prometido”.

CCJ faz audiência sobre julgamento de juizes

Debate público contará com a presença dos presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, além do ex-senador e ex-ministro do STF Paulo Brossard

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai convocar uma audiência pública para discutir a proposta de emenda à Constituição (PEC) que transfere para o Supremo Tribunal Federal (STF) a competência para julgar juizes e desembargadores por crimes de responsabilidade. De autoria do senador Paulo Souto (PFL-BA), a proposta tem parecer favorável do senador Edison Lobão (PFL-MA), mas recebeu voto em separado do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), com substitutivo, atribuindo ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) o poder de julgar os magistrados (*veja matéria abaixo*).

Segundo o presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), que atendeu a requerimento do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a audiência contará com a presença dos presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Velloso, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Antônio de Pádua Ribeiro, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

(OAB), Reginaldo de Castro, e do ex-senador e ex-ministro do STF Paulo Brossard.

Antes de aprovado o requerimento, os membros da CCJ revezaram-se ora em defesa da proposta de Souto, relator da CPI do Judiciário, ora do substitutivo de Tebet, presidente da CPI. Os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE) posicionaram-se favoravelmente à competência do STF como foro para julgar juizes, enquanto que Valadares, Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e José Alencar (PMDB-MG) declararam que preferem o STJ.

Já os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Amir Lando (PMDB-RO) e José Fogaça (PMDB-RS) argumentaram que, pelo acúmulo de responsabilidades, o Supremo teria dificuldades para assumir mais esse encargo. Como relator, Lobão lembrou que o STJ está mais assoberbado, pois, anualmente, julga quase três vezes mais processos que o STF.

O debate mudou de rumo quando os senadores Fogaça, Roberto Freire (PPS-PE) e Roberto Requião (PMDB-PR) apontaram que, até o momento, os crimes de responsabilidade não estão definidos, apesar de a CCJ já ter aprovado projeto de lei de Paulo Souto com esse conteúdo. Requião e Fogaça pediram ao presidente da CCJ que uma decisão acerca da PEC seja precedida pela definição em lei dos crimes de responsabilidade:

– Depois de aprovado o projeto de Souto, essa discussão se torna coisa importante. Há muita água para ro-

lar nessa questão – afirmou Fogaça, que acredita que o processo por crime de responsabilidade contra magistrados deve ser instruído por uma comissão processante formada por membros do Judiciário e não deve ser tra-



Diante dos pedidos dos senadores, o presidente da CCJ, José Agripino (à direita, ao lado de Ramez Tebet), suspendeu a votação até a realização da audiência pública

tado como ação pública, a cargo do Ministério Público.

Diante dos pedidos dos senadores de adiamento da votação, o presidente da CCJ decidiu sustar o debate até a realização da audiência pública.

lar nessa questão – afirmou Fogaça, que acredita que o processo por crime de responsabilidade contra magistrados deve ser instruído por uma comissão processante formada por membros do Judiciário e não deve ser tra-

tado como ação pública, a cargo do Ministério Público.

Diante dos pedidos dos senadores de adiamento da votação, o presidente da CCJ decidiu sustar o debate até a realização da audiência pública.

Para Tebet, quem deve julgar é o STJ



PEC apresentada pelo senador Paulo Souto recebeu proposta de substitutivo

Durante a reunião de ontem da CCJ, o senador Ramez Tebet apresentou voto em separado, com substitutivo, à proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Paulo Souto que transfere para o Supremo Tribunal Federal (STF) a competência para julgar magistrados. Depois de pedir vista da matéria, Tebet, que presidiu a CPI que investigou denúncias de irregularidades no Poder Judiciário, ano passado, propôs que juizes e desembargadores sejam julgados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

– Na forma proposta, a emenda implicaria substancial aumento da

competência do STF, em área que não me parece ser a mais típica para aquela corte. E, ao ser julgado pelo STF, o agente político ganha foro privilegiado, mas perde o direito ao duplo grau de jurisdição – argumentou.

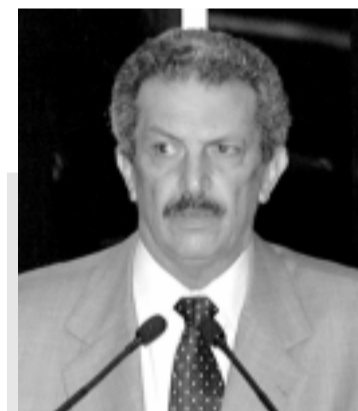
Tebet, porém, acredita que a PEC de Paulo Souto não deve ser rejeitada, pois tem o mérito de afastar o julgamento de juizes de primeira instância dos seus pares. O senador também entende que não há qualquer afronta ao princípio federativo pelo fato de um tribunal federal passar a julgar juizes estaduais.

Regime de servidor público será analisado na terça

O projeto de lei que disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional será analisado na próxima terça-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A presidência da comissão concedeu vista coletiva da matéria por 72 horas.

O projeto, de autoria do Executivo, tem parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que recomenda pela aprovação.

Também deverá ser votada na próxima reunião da CCJ a proposta de emenda constitucional que trata do pagamento de precatórios. O relator é o senador Edison Lobão (PFL-MA).



O projeto do Executivo recebeu parecer favorável do senador Romeu Tuma

Comissão do Bingo ouve Greca na quinta

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 2.011, que institui a Taxa de Autorização do Bingo, deverá ouvir o ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, na próxima quinta-feira, conforme proposta do relator, senador Maguito Vilela (PMDB-GO), aprovada ontem. Os senadores e deputados que integram a comissão também decidiram que aprovarão uma agenda de trabalho e o nome do seu novo presidente na próxima reunião.

Depois de ter sido eleito para presidir a comissão mista do bingo, o deputado Zezé Perrella (PFL-MG) renunciou ao cargo alegando que, por ser presidente do Cruzeiro Esporte

Clube, estaria impedido de acumular as duas funções. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) congratulou o deputado e destacou o sentido ético da sua atitude.

Para o senador Maguito Vilela, os trabalhos da comissão deverão decidir pela permanência ou não dos bingos como fonte de financiamento para o esporte amador no país. Ele entende que o importante é o governo assumir suas responsabilidades de principal fomentador das modalidades esportivas não profissionais:

– O esporte amador tem de ser financiado pelo poder público. Se não for através dos bingos, deve ser através de outro instrumento – afirmou.

A legislação atual, a chamada “Lei Pelé”, diz que as entidades de administração e de prática desportiva poderão credenciar-se junto à União para obtenção de autorização, com vistas à exploração do jogo do bingo permanente ou eventual, com a finalidade de angariar recursos para o fomento do desporto.

No entanto, Maguito lembrou que a prática tem demonstrado a necessidade da implementação de maior vigilância, pois as entidades desportivas e as ligas não têm se beneficiado financeiramente, como a lei previa.

O relator também avaliou a importância dos debates que deverão se realizar no âmbito da comissão



Para o senador Maguito Vilela (E), a prática tem demonstrado a necessidade de se aumentar a vigilância em relação aos bingos

sobre a associação de clubes com empresas. Maguito levantou o problema de empresas que possuem con-

trato com mais de um clube, havendo risco de manipulação de resultados de jogos.

Maguito defende união para o Brasil sediar a Copa de 2006

O senador Maguito Villela (PMDB-GO) defendeu a união dos políticos e dos desportistas para que o Brasil seja escolhido como sede, da Copa do Mundo de Futebol de 2006. Uma delegação da Fifa está visitando o país nesta semana, vistoriando estádios e conversando com autoridades com o objetivo de analisar as condições de o país sediar o torneio. Conforme Maguito, já foram visitados os presidentes da República, do Senado e da Câmara dos Deputados, entre outros.

— Os representantes da Fifa estão colhendo impressões dos políticos e pro-



Maguito: Copa trará recursos e divulgará o país no exterior

pondo algumas pequenas mudanças na infra-estrutura brasileira, no que diz respeito aos estádios de futebol e à acomodação das delegações, caso a Copa venha a ser realizada no Brasil — continuou Maguito.

O senador por Goiás opinou que, como país tetracampeão mundial, o Brasil deve fazer o máximo possível para garantir a sede da Copa de 2006.

Maguito Villela lembrou que patrocinar o evento será muito vantajoso. Não apenas pelos recursos que entrarão no país, mas também pela divulgação do Brasil no exterior.

Geraldo Melo recebe jovens do projeto Geração XXI

Primeiro vice-presidente da Casa, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) recebeu ontem 21 estudantes negros selecionados pelo projeto Geração XXI, além de sete vencedores de concurso de redação sobre a participação da população negra nos 500 anos de história do Brasil. Melo fez um relato sobre o papel do Poder Legislativo brasileiro.

O projeto Geração XXI foi criado pela Fundação BankBoston e pela Fundação Cultural Palmares para preparar jovens de baixa renda para o próximo século. O projeto trouxe a Brasília jovens da periferia de São Paulo, com idade entre 13 e 15 anos, que aqui estão cumprindo uma agenda que inclui visitas a órgãos dos três Poderes e a várias embaixadas.

Depois de cumprimentá-los pelo brilho intelectual com que se destacaram nos estudos, Geraldo Melo explicou que

o Congresso é uma Casa da qual se ouve falar muito mal, mas é com ele que se realiza a democracia. Ele citou Winston Churchill para dizer que a democracia “é o pior regime, à exceção de todos os outros”. E afirmou que os legisladores padecem dos mesmos defeitos de qualquer corpo social.

Mas observou que, na ocorrência de fatos graves, deputados e senadores são velozes em botar o infrator para fora. “Hoje, quem cassa mandato de deputado e senador são deputados e senadores”, explicou ele. Geraldo Melo disse ter vivido período da história do Brasil em que a regra do jogo era outra e em que ninguém gozava de liberdade, sendo fácil calar o Congresso. “Hoje, esta Casa tem uma tarefa mais importante que todas as outras — nós somos os criadores da liberdade no Brasil”, afirmou.

Hartung vê abusos na ação de indústrias farmacêuticas

Segundo o senador, o poder público não tem conseguido fiscalizar o setor, que estaria aumentando os preços de maneira injustificada

Utilizando-se de “caminhos sombrios”, o mercado de remédios no Brasil tem elevado cada vez mais seus lucros sem que o poder público aja em defesa dos consumidores, sobretudo dos mais pobres, afirmou ontem o líder do PPS, senador Paulo Hartung (ES).

Ele elogiou o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Medicamentos criada pela Câmara dos Deputados para esclarecer fundamentos e efeitos da política de preços para os remédios. Ressaltou, entretanto, que independentemente do levantamento feito pela comissão, o Congresso, o governo e os órgãos de defesa do consumidor têm a obrigação de revelar por que nos últimos anos os preços dos remédios foram majorados muito acima dos índices inflacionários.

— É inaceitável que os laboratórios tenham decidido aumentar os preços dos remédios 21% só neste mês de janeiro, enquanto a inflação, medida nas primeiras semanas deste ano, não atingiu 1% — disse Hartung. Em todo o ano passado, observou ele, os índices de preços ficaram abaixo de 9%.

Segundo o parlamentar, informação

publicada pelo jornal *O Globo* dá conta de que alguns remédios tiveram aumento de 300% em 1999, números que a área econômica do governo se recusa a reconhecer. Levantamento feito pelo Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal indica que, no período do Plano Real, os cem medicamentos mais vendidos no Brasil tiveram aumento de 145,14%, contra uma inflação de 85,30% no mesmo período.

Outro fato grave, no entender de Hartung, é que as maiores indústrias do setor têm enviado vultosas somas ao exterior — relatório do Banco Central divulgado pela revista *IstoÉ* fala em US\$ 400 milhões — por meio das contas CC-5, “canal onde o fluxo de divisas estrangeiras é bastante fácil, em comparação com o mercado de câmbio comercial”.

Esse dinheiro é resultado, além da venda exagerada de medicamentos, das margens de lucro excepcionalmente altas, segundo o senador: 30%,



Para Paulo Hartung, o governo escolheu o “lado da espoliação”

quando a dos supermercados seria de 2%. Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) mostrou preocupação semelhante, e alertou para o fato de que no Brasil são vendidos sem controle remédios proibidos na Europa e nos Estados Unidos.

A ausência de livre concorrência no setor foi

mencionada por Hartung, que cobrou a intervenção do governo para evitar a continuidade da prática de cartel (preços semelhantes ou iguais definidos por um grupo de empresas). Nesse sentido, Roberto Saturnino (PSB-RJ) aparteu Hartung para citar as declarações do presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Gesner de Oliveira. Conforme o dirigente, o órgão não tem recursos para bem fiscalizar o setor de remédios.

— Ao não corrigir o regime de concorrência imperfeita, o governo está escolhendo o lado da espoliação — afirmou Hartung.

Cândido critica flexibilização dos direitos trabalhistas

As propostas de flexibilização da legislação trabalhista e de criação de um regime jurídico diferenciado para empregados de pequenas e microempresas foram criticadas ontem pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ). Para ele, as mudanças demonstram que o governo pretende instituir “a lei da selva, o salve-se quem puder”.

Medidas semelhantes adotadas em outros países não resultaram em aumento dos índices de emprego, ao contrário do que estaria alegando o ministro do Trabalho, Francisco Dorneles, disse o senador. Mudança na política econômica, redução nas taxas de juros, rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e suspensão do pagamento da dívida externa — estas foram as medidas defendidas pelo senador como solução para o desemprego.

Em concordância com o marxista norte-americano James Petras, Geraldo Cândido considera que a flexibilização de direitos trabalhistas como férias, hora extra, décimo-terceiro salário, aviso prévio e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço significa que “o trabalhador não tem nenhum

direito e o capital tem todos os direitos”. O argumento de que a flexibilização reduzirá os custos do trabalho, com efeitos positivos sobre os investimentos produtivos e o emprego não se sustenta, insistiu o senador, pois “os custos do trabalho são hoje a terça parte do que eram em 1994” e os índices de desemprego nunca estiveram tão altos.

Pela proposta do governo, os atuais direitos trabalhistas só terão vigência,



Geraldo Cândido: “Todos os direitos para o capital”

com a flexibilização, se incluídos nos contratos coletivos de trabalho resultantes da livre negociação entre patrões e trabalhadores. Favorável ao contrato coletivo como instrumento de melhoria das condições de trabalho e de salário dos empregados, Geraldo Cândido considera, no entanto, que a concepção do governo desse instrumento seria a de que é possível “o pescoço negociar com a força ou a guilhotina”.

Por ter em conta essa desvantagem em que ficarão os empregados é que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) já alertou o governo de que promoverá as mobilizações necessárias à defesa dos direitos conquistados por seus representantes, informou o senador.

TV exhibe o filme nacional *Como nascem os anjos*



A TV Senado apresenta amanhã e domingo, à meia-noite, o filme *Como nascem os anjos*, com roteiro

e direção de Murilo Salles, tendo no elenco André Mattos, Priscila Assum, Sílvio Guindani, Larry Pine e Ryan Massey. A história se passa no Rio de Janeiro e tem início quando um passador de drogas na favela de Santa Marta mata acidentalmente o líder dos traficantes, fugindo em companhia de uma garota e um menino. Também por acidente, os três acabam tomando como reféns um executivo americano e sua filha, dando início a uma jornada de incrível tensão psicológica.

Também no sábado e no domingo, às 21h30, será apresentado um especial com o cantor italiano Peppino Di Capri, gravado ao vivo no Theatro Arthur Azevedo. Considerado o Roberto Carlos italiano, Peppino Di Capri foi o único artista a vencer por duas vezes o Festival de San Remo. Di Capri, que se tornou famoso a partir de 64, quando foi escolhido pelos Beatles para acompanhá-los durante uma turnê pela Itália, tem no Brasil o seu maior mercado fora de seu país.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — *Especial Unip* — Programa produzido pela Universidade Paulista. Assunto: Futuro da Medicina
6h30 — *Consulta Marcada* — O médico acupunturista, Fernando Geschow, fala sobre acupuntura
7h30 — *Entrevista* — O senador Mauro Miranda fala sobre o direito à moradia
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — 5º episódio: *A Cor do Pau-Brasil*
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — Sessão Plenária do Senado Federal (ao vivo)
13h — *Cores do Brasil* — Uma viagem pelo país mostrando seu potencial cultural. Em destaque: Pará
13h30 — *Debate* — O senador Artur da Távola e o deputado Vilmar Rocha falam sobre a Lei de Imprensa
14h30 — Sessão Plenária do Senado Federal (representação)
18h30 — *Entrevista* — O senador Leomar Quintanilha fala sobre alimentos manipulados geneticamente (transgênicos)
19h — *Cores do Brasil* — Uma viagem pelo país, mostrando seu potencial cultural. Em destaque: Alagoas
19h30 — *Debate* — O senador Tião Viana e o dr. Cleudson Nery de Castro, do Núcleo de Medicina Tropical da UnB, falam sobre a febre amarela

20h30 — *Entrevista* — O senador Mauro Miranda fala sobre o direito à moradia
21h — *Jornal do Senado*
21h15 — *Brasília Viva* — Escola de Música
21h30 — *Consulta Marcada* — O médico acupunturista, Fernando Geschow, fala sobre acupuntura
22h30 — Teatro Arthur Azevedo — Show de Rita Ribeiro
0h — Filme — *Como Nascem os Anjos* (direção: Murilo Salles)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
9h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação



Enchentes ocorrem no Brasil desde o período colonial, disse Casildo Maldaner

Maldaner propõe o fortalecimento da defesa civil

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) reapresentou ontem dois projetos de sua autoria para fortalecer a atuação da defesa civil no Brasil. O senador afirmou ser necessário que os brasileiros estejam mais prevenidos quando houver catástrofes naturais, como as enchentes que atingiram Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro neste mês.

O primeiro projeto de Maldaner prevê que, de forma semelhante ao que acontece no meio cultural, doações feitas a entidades de defesa civil possam ser deduzidas do Imposto de Renda de pessoas jurídicas, observando o limite de 2% do lucro operacional das empresas. O segundo projeto institui a Contribuição sobre Seguros e altera a legislação sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas. Essa contribuição incidiria sobre operações de seguros privados e o produto de sua arrecadação constituiria o Fundo Especial para Calamidades Públicas e Defesa Civil (Funcadec). Maldaner se disse triste e revoltado pelo descaso governamental para com o problema e destacou haver registro de enchentes desde o Brasil colônia. Na opinião do senador, o Brasil se ressentia da falta de uma estrutura de defesa civil adequada ao tamanho e à complexidade de sua população e, principalmente, de suas regiões metropolitanas.

— Imaginem como esse problema tem se agravado nos últimos 50 anos com esse processo de urbanização desordenado. Só nos últimos dez anos cerca de 500 pessoas morreram em consequência de enchentes e desabamentos — afirmou Maldaner.

Marina cobra medidas contra o vazamento de óleo no Rio

Para a senadora, a Petrobras deve arcar integralmente com os prejuízos ecológicos e sociais causados pelo acidente na Baía de Guanabara

A senadora Marina Silva (PT-AC) classificou o vazamento de óleo da refinaria Duque de Caxias, na Baía de Guanabara (RJ), como uma grande catástrofe ambiental. Salientando que o óleo atingiu os manguezais e prejudicou as atividades pesqueiras na região, a senadora considerou irrisória a multa de R\$ 40 mil aplicada contra a Petrobras. “É insignificante e a empresa deveria ser obrigada a sanar os prejuízos ecológicos e sociais que provocou”, afirmou.

Marina citou reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* em que técnicos apontam a necessidade de um período de até cinco anos para que a natureza refaça a riqueza ambiental da região. “Os pescadores ficarão sem emprego durante meses, além de terem tido seus instrumentos de trabalho destruídos. O jornal também ana-



lise a reincidência de vazamentos de responsabilidade da Petrobras nos últimos anos”, enfatizou.

Em aparte, Artur da Távola (sem partido-RJ) disse que esses acidentes ecológicos são resultado da “ditadura do desenvolvimento moderno”, que

Marina: natureza levará cinco anos para refazer a riqueza ambiental da região

mata milhares de inocentes e destrói o meio ambiente.

Nesse momento da sessão, Marina atendeu, pelo celular, a um telespectador da TV Senado, em Joinville (SC), falando sobre uma bactéria usada com sucesso na Europa, que “digere” o óleo e limpa o meio ambiente.

“Esse é o lado bom da tecnologia, permitindo uma melhor comunicação entre as pessoas”, disse Távola, acrescentando que repassará a informação às autoridades governamentais.

Também em apartes, Romero Jucá (PSDB-RR) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) ressaltaram a gravidade e consequências do acidente.



Heloísa Helena defende um debate tecnicamente rigoroso sobre a transposição e seus efeitos

Heloísa diz que transposição do São Francisco não é panacéia

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que não aceitará que o debate sobre a transposição do rio São Francisco apresente o projeto como panacéia para resolver todos os problemas dos estados nordestinos que receberiam as águas do rio. Ela participou de audiência com o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, em que se iniciou o processo oficial de discussão sobre a transposição.

Heloísa lembrou que o assunto foi muito debatido durante o ano passado não apenas no âmbito do Senado, onde algumas audiências públicas foram realizadas, mas também na sociedade. Ela explicou que o fato de o Ministério da Integração Nacional ainda não ter apresentado uma proposta concreta e detalhada sobre a transposição motivou muitas “turbulências” no debate.

— Criou-se na opinião pública uma imagem de que os estados que hoje têm o rio percorrendo seu território (Bahia, Sergipe e Alagoas) eram contrários à transposição. Ao contrário, nossa preocupação é com a vitalidade do rio. Queremos que o governo informe a disponibilidade de recursos para revitalizar o São Francisco, quer através da transposição de águas da bacia do Tocantins, quer do combate ao assoreamento, à erosão e à cunha de salinidade que já adentra o rio em mais de cinco quilômetros — esclareceu.

Na audiência com Fernando Bezerra, a senadora também pediu que o governo informasse quanto dispõe para investir não só na transposição em si, mas em obras complementares (estações elevatórias, adutoras e canalizações) que garantirão o aproveitamento das águas para o abastecimento.

Ela defendeu que a discussão sobre o assunto seja feita a partir de um debate técnico rigoroso e abrangente, mas também baseado na solidariedade. Informando que exigirá que o governo ofereça garantias de que a obra efetivamente será concluída, a senadora sugeriu que o Senado organizasse um seminário para que sejam discutidas alternativas de utilização dos recursos hídricos da região.

Ademir denuncia destruição dos mananciais que abastecem Belém

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) denunciou ontem que os mananciais que abastecem a cidade de Belém, cuja região metropolitana abriga cerca de 1,6 milhão de pessoas, correm sério risco de destruição. Segundo ele, técnicos do setor revelaram que os Lagos de Bolonha e Água Preta, que fornecem água para a capital paraense, estão sendo



Ademir: poluição dos mananciais se deve à “irresponsabilidade”

assoreados e poluídos, obrigando a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) a bombear água do rio Guamá, que banha boa parte de Belém.

Ademir Andrade qualificou a poluição dos mananciais como “uma história de irresponsabilidade social e incúria administrativa de parte dos governantes” que se sucederam no governo do estado. Ele informou que, na região dos lagos, cerca de 100 mil pessoas vivem em condições “miseráveis e subumanas”. Lá, disse o senador, não existe saneamento básico, e na época das enchentes as casas são invadidas por todo o tipo de imundície, expondo a população a uma série de doenças. Além disso, relata, os dejetos produzidos pela população são levados diretamente para os mananciais que fornecem água a Belém.

O senador informou que o governo do estado, desde a década de 90, vem planejando o saneamento daquela área, e,

nesse sentido, criou o Programa de Ação Social de Saneamento (Prosege), que recebeu R\$ 14 milhões do governo estadual e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Apesar disso, lamenta, a área continua sem esgotamento sanitário. Ele acusou a Cosanpa de ter cometido grande “quantidade de erros e irresponsabilidades” na concepção do projeto, que resultou na paralisação das obras desde maio de 97, às vésperas de serem concluídas, por embargo judicial.

No final do ano passado, por solicitação da Comissão das Entidades do Entorno dos Lagos, Ademir enviou expediente à Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (Sepurb) e ao BID para obter informações sobre o Prosege.

Como resposta, recebeu a confirmação, tanto da secretaria, que reconheceu não haver qualquer “dispositivo adequado” para o tratamento de dejetos e uso de materiais fora de especificações técnicas, como do banco, de que havia problemas na execução e funcionamento do projeto.

Conforme Ademir, erros na concepção do Prosege e irresponsabilidades na sua execução, além de provocar atrasos e transtornos, estão promovendo gastos 50% acima do previsto.

Acupuntura é tema de programa da TV Senado



O médico Fernando Genschow, coordenador de Pós-Graduação em

Acupuntura na Universidade de Brasília e diretor de Ensino da Sociedade Médica Brasileira de Acupuntura, é o entrevistado do programa *Consulta Marcada*, da TV Senado, que vai ao ar amanhã e domingo, às 9h30.

Genschow explica que a acupuntura existe há mais de 4.500 anos e vem sendo empregada cada vez mais no tratamento de problemas tendinomusculares, doenças neurológicas, alterações ginecológicas, perturbações cárdio-respiratórias e digestivas, além de ansiedade e outras perturbações do humor.

Segundo a Sociedade Médica Brasileira de Acupuntura, quase 100 hospitais e postos de saúde oferecem atendimento em acupuntura gratuitamente. Nos hospitais vinculados ao SUS, as agulhas utilizadas são descartáveis.